

## **PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 138, DE 26 DE SETEMBRO DE 2014.**

Autoriza o Poder Executivo Municipal a contratar Parceria Público-Privada para a implantação de Polo Comercial Empresarial, bem como a doar imóvel dominical do Município, para fins comerciais e empresariais, e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL**, Estado do Rio Grande do Sul.

**FAZ SABER**, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

### **LEI**

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo, em sintonia com o que dispõe a Lei Municipal nº 4.175 de 22 de setembro de 2014 (Lei Municipal das PPP's), autorizado a promover licitação e contratação de Parceria Público-Privada, tendo por objetivo a implantação do Polo Comercial e Empresarial visando a atração de novas empresas para o Município conforme previsto pela Lei Municipal nº 1.985/2005.

**Art. 2º** A Parceria Público-Privada deverá ser contratada na modalidade administrativa e as obras destinadas à implantação do Polo Comercial e Empresarial serão executadas em parcela da área que compõe o imóvel constante da Matrícula nº 58.356, folha 01 do livro 02 do Registro Geral, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba, RS, cuja aquisição ao *Instituto Riograndense do Arroz – IRGA* foi autorizada pela Lei Municipal nº 3.545/2011, com alterações pela Lei Municipal nº 3.584/2011.

**Art. 3º** Fica o Poder Executivo autorizado, na condição de Parceiro-Público, para atrair investimentos e para viabilizar a implantação do Polo Industrial e Comercial de Eldorado do Sul, a doar, com o estabelecimento de encargos específicos, às empresas selecionadas, os respectivos lotes necessários à construção de suas plantas industriais e comerciais na área referida no art. 2º.

**§1º** As áreas integrantes do todo descrito na matrícula do imóvel público indicado no artigo 2º, serão individualizadas e alienadas às empresas selecionadas, em procedimento administrativo específico, na forma da lei, sob a forma de doação condicionada à encargos previamente estabelecidos pelo Poder Público Municipal.

§2º As empresas beneficiadas com as doações de área de que trata a *caput* deste artigo, além dos encargos previstos em lei especial, sujeitar-se-ão aos demais condicionamentos decorrentes da Parceria Público-Privada a ser estabelecido pelo Poder Público Municipal.

§3º Caberá ao Poder Público Municipal estabelecer o caderno de encargos específico que disporá sobre todas as regras a que se sujeitarão os beneficiários dos lotes doados, especialmente no período de execução das obras públicas de infraestrutura necessárias à instalação das plantas empresariais e comerciais.

**Art. 4º** Caberá ao Parceiro-Privado, selecionado em procedimento licitatório específico, a execução física, com exclusividade, de todas as obras de urbanização necessárias à implantação do Polo Industrial e Comercial de Eldorado do Sul.

§1º Caberá ao Parceiro-Privado, ainda, o adiantamento e o custeio da primeira fase, equivalente a 35 % das obras, sendo que a contrapartida ao investimento será a remuneração pela execução das obras públicas de infraestrutura indispensáveis a urbanização e individualização dos lotes.

§2º Fica estabelecido que as obras de responsabilidade do Parceiro-Privado se restringirão às de urbanização dos lotes do Polo Industrial e Comercial, não abrangendo as de natureza civil destinadas à edificação das plantas industriais, que serão livremente contratadas pelas empresas.

§3º As despesas com as obras de urbanização, individualização dos lotes e todas as demais que se fizerem indispensáveis ao estabelecimento do bairro industrial e comercial, correrão por conta dos beneficiados com as doações de áreas de que trata a presente lei e serão executadas exclusivamente pelo Parceiro-Privado.

§4º As obras de infraestrutura e urbanização indispensáveis ao estabelecimento das plantas industriais e comerciais serão executadas por etapas, as quais serão definidas previamente pelo Poder Público Municipal e administradas pela Sociedade de Propósito Específico - SPE a ser constituída pelos Parceiros Público-Privado.

**Art. 5º** Caberá às empresas o pagamento, quer dos valores adiantados pelo Parceiro-Privado, referentes à execução da primeira fase prevista no §1º do art. 4º, quer dos valores adicionais necessários à integral conclusão das obras de urbanização dos lotes industriais e comerciais.

**Art. 6º** Esta lei entra em vigor na data da publicação.

Eldorado do Sul, 26 de setembro de 2014.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

**SÉRGIO MUNHOZ**  
Prefeito Municipal

**FABIANA DA SILVA KRASCHEFSKI**  
Secretária de Administração

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos nobres Edis, o Projeto de Lei nº 138, de 26 de setembro de 2014, que: ***“Autoriza o Poder Executivo Municipal a contratar Parceria Público-Privada para a implantação de Polo Comercial Empresarial, bem como a doar imóvel dominical do Município, para fins comerciais e empresariais, e dá outras providências.”***

O presente Projeto de Lei tem por objetivo contratar Parceria Público-Privada para a implantação de Polo Comercial Empresarial, bem como doar lotes as empresas, com encargos a ser estabelecidos por Lei própria.

Assim, fulcrado no mesmo espírito que motivou a Lei Municipal 4.175, de 22 de setembro de 2014, que instituiu o Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas do Município de Eldorado do Sul, a criação do Polo Comercial Empresarial, através de Parcerias Público-Privadas, permitirá dar o suporte necessário para a atração de novas empresas para o Município.

Logo, considerando o atual contexto do município, em termos de carências sociais e econômicas, não há como negar que a Lei das Parcerias Público-Privadas, é uma alternativa indispensável para o crescimento econômico do município, desenvolvendo o setor de infraestrutura e melhorando a competitividade do setor privado, considerando a competência de gestão do setor privado para a realização destes investimentos e o reflexo no setor público das atividades a serem desenvolvidas.

Sendo assim, e contando com a costumeira apreciação dos Nobres Edis, aguardamos manifestação dessa Egrégia Câmara Legislativa, com relação a este projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

**SÉRGIO MUNHOZ**  
Prefeito Municipal